

Pela primeira vez, Covas procura Lourenço para tentar um acordo

BRASÍLIA — Pela primeira vez desde a instalação da Constituinte, o Líder do PMDB, Senador Mário Covas, procurou ontem o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, para tentar um acordo sobre a proposta de alteração do Regimento Interno. Segundo Lourenço, a conversa de ontem foi uma preliminar:

— A primeira coisa que tínhamos a fazer era conversar e acalmar os espíritos — disse, garantindo que não está empenhado na vitória do "Centrão", mas da conciliação.

Covas disse que, sem um entendimento entre as forças políticas, a proposta do "Centrão", como está, criará "grandes dificuldades" à elaboração da nova Carta. O Líder do PMDB prosseguirá os contatos com o "Centrão" no fim de semana e na segunda-feira. Lourenço deve ser recebido hoje pelo Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães.

Logo no início da semana, Covas conversará separadamente com o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), com o Líder do PDS, Deputado Amarel Neto (RJ), e ainda com o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). O Senador negou, porém, que esteja apresentando propostas concretas de entendimento aos representantes do "Centrão". Trata-se, segundo ele, de "obter avanços no sentido da manifestação de intenções".

O Senador Mário Covas manifes-



Telefoto de Gilberto Alves
José Lourenço (à frente) conversa com Covas para 'acalmar os espíritos'

tou sua preocupação com a possibilidade de que a falta de entendimento permita a aprovação do projeto do "Centrão" e enumerou alguns pontos do texto que, no seu entender, foram elaborados erroneamente:

— O texto permite, por exemplo, que se apresente um substitutivo à totalidade do projeto de Constituição, pouco antes da sua votação. Neste caso, o Relator terá que apre-

sentar um parecer imediato a um substitutivo que acabou de receber.

Outra possibilidade que preocupa o Líder do PMDB é a de apresentação de emendas no momento da votação, no segundo turno:

— Haveria o risco de que uma emenda fosse aprovada só em segundo turno, contrariando o próprio ato de convocação da Constituinte, pelo qual todas as suas disposições têm que ser aprovadas em duas etapas.

Passarinho acha que 'Centrão' perderá radicais

BRASÍLIA — O Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho, previu ontem que o "Centrão" deverá se mostrar mais moderado em plenário. Para ele, haverá uma filtragem no grupo, com a saída de seus integrantes mais radicais, fortalecendo-se a sua condição de corrente política moderada.

Passarinho não assinou o substitutivo do "Centrão" ao Regimento Interno por considerá-lo "muito radicalizado, uma espécie de projeto rolha", conforme expressou ao seu autor, o Deputado Cardoso Alves (PMDB-SP).

Ele rejeita a apresentação de emenda por títulos, a exigência de parecer verbal e imediato do Relator, as emendas no segundo turno (o que pressupõe uma terceiro turno) e a preferência dada às emendas com 280 assinaturas.

O Senador acredita que a radicalização do documento original partiu de uma tática que torna necessária a negociação e prevê que na próxima quarta-feira "haverá bom senso de ambos os lados, quando for tentado o acordo". Explicou ter votado a favor da preferência ao substitutivo para não ser mal interpretado, "como um despeitado".

Antes de votar, Jarbas Passarinho havia recusado ser o coordenador do "Centrão" no plenário. Ontem, ele atribuiu a sua atitude ao ciúme demonstrado pelos Deputados Amarel Neto (PDS-RJ) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Ulysses quer reforma tributária em vigor no ano em que for aprovada

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai estimular a aprovação de emenda ao projeto Bernardo Cabral propondo que os municípios desfrutem dos benefícios da reforma tributária ainda no ano em que for aprovada pela Constituinte. É o que tem garantido a políticos com vínculos municipais fortes, que reclamam da vigência da reforma apenas em 1989, como prevê o texto.

Ulysses é contra as eleições gerais no próximo ano, porque, a seu ver, os eleitores tinham absoluta consciência de que escolheriam Deputados e Senadores que não teriam a função exclusiva de redigir a nova Carta. O Presidente da Constituinte prevê o encerramento dos trabalhos apenas na segunda quinzena de janeiro, mesmo assim, admitida a hipótese de não ser votado todo o substitutivo do "Centrão".

Ulysses recebeu o Deputado José Lins (PFL-CE), um dos negociadores do "Centrão", mas não se reuniu, como estava previsto, com os principais representantes do grupo no Palácio do Planalto. Esta reunião, de acordo com Ulysses, será realizada na segunda-feira de manhã. Nela o Deputado pretende, como afirmou, sugerir que a sessão marcada para quarta-feira seja antecipada para terça-feira à noite.

Em entrevista no fim da tarde, Ulysses disse que ainda não havia avanços concretos nas negociações, mas manteve o otimismo com que vem conduzindo a questão:

— Não é possível que prolonguemos as dificuldades em torno de um entendimento e é preciso haver concessões recíprocas — disse.

Ulysses fez um discreto elogio ao Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ao afirmar que o parlamentar do "Centrão" já cedeu um pouco.

— Ele já inseriu disposições da Mesa no projeto — afirmou.



Telefoto de Gustavo Miranda
Cercado por gravadores e microfones, Ulysses dá entrevista no Planalto

Prefeito é presença certa na interinidade do filho ilustre

Ele não precisa mais se identificar na portaria e nem é barado nos corredores do Palácio do Planalto. Embora desconhecido da maioria dos políticos, ele tem hora certa na agenda quando o Deputado Ulysses Guimarães exerce a Presidência da República: é o Prefeito Kal Machado, da cidade natal de Ulysses, Rio Claro (SP).

Ontem, Kal Machado continuou a série de visitas ao conterrâneo, iniciada desde a primeira interinidade de Ulysses: pela nona vez, seu nome estava na agenda presidencial, agora em busca de recur-

sos para reformar a biblioteca municipal.

O Prefeito se surpreendeu porque o Presidente em exercício encontrou tempo de ler, escondida numa coluna de um jornal de São Paulo, uma notícia sobre a deterioração da biblioteca. Informado de que a audiência tinha esse objetivo, Ulysses aprovou a atitude do Prefeito e perguntou sobre o acervo da biblioteca: Kal respondeu que precisava da interferência do Presidente da República para conseguir verbas dos Ministérios da Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia. A reivindicação foi anotada na hora.

PFL quer coesão no plenário para poder negociar

PORTO ALEGRE — O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, informou ontem que a Executiva Nacional do partido se manterá em reunião permanente por uma semana, a partir de hoje, para selecionar cerca de dez emendas principais que serão discutidas e negociadas internamente, no esforço de conseguir unidade partidária no plenário. Segundo ele, entre os temas dessas emendas já estão definidos o sistema de governo (na Sistematização, o PFL se dividiu em 12 votos para o parlamentarismo e 12 para o presidencialismo), um plebiscito para referendar o sistema escolhido e eleições gerais.

— Ficou evidente na Sistematização — disse Chiarelli — a pulverização dos partidos com a formação de grupos sem coesão ou orientação. Não há mais o processo normal de Congresso e isso se complicará muito mais no plenário. Assim, não acreditamos que qualquer emenda de assunto polêmico consiga com assinaturas. Portanto, se o PFL sair em posição coesa, ficará muito mais fácil negociarmos estas questões com os demais partidos.

Parlamentarista e defensor dos quatro anos, Chiarelli não deseja que o novo sistema seja implantado imediatamente e defende a imediata convocação, logo após ser promulgada a nova Carta, de eleições para deputados e senadores. Essas questões, acredita, serão exaustivamente negociadas entre as lideranças partidárias antes de passarem ao plenário.

Ele não participou da votação do pedido de preferência para o substitutivo do "Centrão", quarta-feira, porque estava voltando dos Estados Unidos. Ontem, garantiu que não tem simpatias pelo grupo, mas concorda com a abertura de prazos para novas emendas no plenário. E previu que nas questões temáticas o "Centrão" ficará bem abaixo dos 271 votos que conseguiu quarta-feira.

Se Carta mantiver eleição em 88 mas demorar, TSE aplicará as normas do Código de 1965

BRASÍLIA — Se a aprovação da nova Carta for retardada ainda mais pela Constituinte, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá ser obrigado a aplicar às eleições presidenciais do próximo ano, se forem mantidas, o Código Eleitoral de 1965, ainda em vigor, complementado por instruções da própria Corte. O calendário das votações pode levar a que, depois de promulgada a Constituição, não haja tempo suficiente para elaborar uma nova Lei Eleitoral.

O Presidente do TSE, Ministro Oscar Corrêa, acredita que, mantida a data das eleições para novembro de 1988, ainda haverá tempo para que a Constituinte ou o Congresso aprovem normas regulamentando o pleito. Caso contrário, afirma, o TSE

fará as eleições com a lei que estiver em vigor no dia.

A atual legislação não faz referência à eleição presidencial direta, mas o Ministro garante que isso não representa obstáculo à realização do pleito.

— O TSE operacionalizará as eleições quando forem determinadas pela Assembléia Nacional Constituinte. No dia marcado, nós fazemos.

Se não estiverem previstas pela Constituição ou em lei ordinária, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral baixar instruções sobre prazo para início e fim do alistamento eleitoral, para a realização de convenções partidárias e registro de candidatos, prazo e condições para impugnação de candidaturas, entre outras normas.

Para Fenen, projeto socializará o ensino

BELO HORIZONTE — O Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, criticou ontem o capítulo sobre Educação referendado pela Comissão de Sistematização. Advertiu que, se as medidas previstas forem aprovadas pelo plenário da Constituinte, "dentro de 10 ou 15 anos o ensino estará completamente socializado no País".

Com a estatização do ensino, segundo o Presidente da Fenen, só restará um reduzido número de escolas privadas, "todas elas

altamente elitizadas", e as bolsas de estudos acabarão.

— Nesta situação, será criada uma verdadeira camisa de força para a escola particular, já que ela simboliza a pluralidade de convicções, e a Educação se tornará um dever do Estado, sem que as famílias tenham o direito de fazer opção. A classe média e a grande massa de crianças carentes só terão como opção a escola pública, onde prevalecerá o proselitismo doutrinário e o assembleísmo — disse Roberto Dornas.